



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO Conselho Superior

ATA DA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2006/2007

21/7/06

Aos vinte e um dias do mês de julho do ano dois mil e seis, na sala de reuniões no Fórum da Barra Funda, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência da Senhora Defensora Pública Geral do Estado, Cristina Guelfi Gonçalves. Presentes os (as) Conselheiros (as) Carlos Henrique Acirón Loureiro, Franciane de Fátima Marques, Pedro Giberti, Roque Jerônimo Andrade, Vitore André Zílio Maximiano e Willian Fernandes. Deu-se início aos trabalhos às nove horas e trinta minutos. Instalada a sessão, a Defensora Geral saudou os presentes, e passou-se às comunicações da Presidência. Comentou que nessa semana teve uma reunião com a OAB Mulher e que uma das reivindicações deles era a ampliação do convênio para o interior. Também comentou que estão dando andamento às tratativas para contratação da empresa para realização do concurso da Defensoria. Passou-se, então, as comunicações da Secretaria, que explicou a forma de distribuição dos processos e as compensações em razão das férias. Como no momento aberto não havia inscritos, passou-se às manifestações dos Conselheiros. O Conselheiro William sugeriu duas moções: uma para o Presidente do IBCCrim, visto que estes encaminharam ofício à Alesp conclamando aos deputados votarem pela manutenção do veto relacionado à FUNAP e outra para entidades que estão participando ativamente de grupo de trabalho da Ouvidoria da Defensoria, contribuindo ativamente e de forma gratuita para a estruturação do órgão, que são as seguintes entidades: Movimento Nacional de Direitos Humanos, Condepe, IDDD (Instituto de Defesa dos Direitos de Defesa), Comissão de Constituição e Paz e Instituto Pro Bono. Comentou também que a audiência pública foi muito boa e que a participação de entidades da sociedade civil foi efetiva, sendo que aquelas que não puderam estar presentes ligaram para saber como ocorreu. Ressaltou que houve um protesto pelo fato de a banca examinadora do concurso não ter pessoas de outras carreiras que não apenas a jurídica e entende que é importante lembrar e ouvir sempre as demandas do movimento da Defensoria Pública. Além disso, entregou um gráfico sobre as demandas da Defensoria que aponta falha do site em atender o objetivo de divulgar a Defensoria e a Ouvidoria, pois grande parte das demandas diz respeito a concurso público, é necessário pensarmos nisso e em como essa demanda represada será atendida. O Conselheiro Roque perguntou se obtivemos resposta do Governador sobre os projetos de aumento e propôs discutir o concurso de promoção. O Conselheiro Vitore comentou sobre os mandados de segurança e relatou que, segundo a Defensora Vânia, é necessário comprovar que já colou grau, mas apenas sete têm o documento. Será impetrado o primeiro MS com sete pessoas, há um grupo de estagiários que está encabeçando o movimento e ficou de contatar os outros. O Conselheiro Vitore cumprimentou o Ouvidor pelo trabalho realizado até agora e sugeriu que se elaborassem cartazes para fixação nos locais de atendimento com telefone e site. O Conselho se manifestou a respeito disso e decidiu não acrescentar o examinador, mas isso poderá ser discutido no próximo concurso. Acrescentou

9

as
→

8
Amf
1
y



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO Conselho Superior

a importância da participação da sociedade civil. A Defensoria terá sempre que caminhar com esse norte. O Conselheiro Pedro também elogiou a atuação do Ouvidor e o gráfico que foi entregue. Relata que está trabalhando para que as eleições ocorram pontualmente e que ainda hoje buscará as urnas no TER para colocá-las amanhã pela manhã no correio. Solicita autorização do Conselho para que se realize a eleição em Mogi no dia 25 de julho. Ele manifestou a importância que a Escola terá para a formação dos novos defensores, e defende que posteriormente se pense na formação de uma banca eclética. A Conselheira Franciane questionou sobre o andamento do pedido de aumento e da criação das regionais e elogiou o trabalho do Dr. Willian na Ouvidoria. O Conselheiro Carlos Loureiro manifestou a importância da Escola para a formação dos aprovados no concurso, e defendeu a necessidade de uma base multidisciplinar, o que será o diferencial em relação às demais escolas de direito. Sobre a questão da paternidade, ponderou que se deve pensar com profundidade sobre qual a relação que a sociedade tem com a instituição e a que queremos ter. Foi dada, então, palavra ao Presidente da Apadep, Davi Depiné Filho, que comentou a importância da inscrição dos Defensores de São Paulo no Congresso e informou que foi ampliado o período de desconto. Falou, ainda, que o curso de adaptação será muito importante na formação dos novos defensores públicos, mas disse que devemos ter uma preocupação ideológica com o concurso e com a forma de sua realização. Comentou que hoje em dia o estágio probatório é uma ficção e devemos ter avaliações mais concretas. Sobre a sociedade civil, disse que as instituições envolvidas se sentem pais da Defensoria, e realmente são, mas devem vir ao Conselho para cobrar o que esperam da instituição. A Presidência respondeu que a experiência na audiência pública foi única e muito boa. Sugeriu como local das reuniões do Conselho o prédio da Boa Vista. Sobre a divulgação da Ouvidoria, informou que vamos tentar viabilizar a elaboração de cartazes. Quanto à contratação, relatou que as questões administrativas estão sendo avaliadas e que ainda está solicitando a audiência com o Governador para apresentar o Projeto de Quadro de Apoio e cobrar outros projetos. Disse também que os Defensores Antonio e Renato não demonstraram simpatia pela lista sêxtupla com nome só. Isso seria encaminhado ao AJG, mas não chegou nenhum expediente. Para a Defensora Geral, deve ser do nível 5, mas só quatro são desse nível. Relatou ainda a aprovação das moções de apoio ao IBCCrim e aos grupos de trabalho da Ouvidoria. Foi votada a mudança do dia de eleição de Mogi para dia 25. Não havendo mais manifestações por parte dos Conselheiros, passou-se à ordem do dia. CSDP n.º 03. Alteração do regulamento. Aprovado o edital nos termos do voto do relator, aguardando-se apenas. Estrutura da banca fica para a próxima sessão. Não havendo mais processos a serem relatados na Ordem do Dia, a Senhora Presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Renata Flores Tibyriçá, Defensora Pública, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo, de junho de 2006.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Conselho Superior



Cristina Guelfi Gonçalves
Presidente


Franciane de Fátima Marques
Conselheira


Roque Jerônimo Andrade
Conselheiro


Willian Fernandes
Conselheiro


Carlos Henrique Acirón Loureiro
Conselheiro


Pedro Giberti
Conselheiro


Vitore André Zilio Maximiano
Conselheiro

